

# O MERCADO DE TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS

*Valdemar Valente\**

*A sociedade globalizada vive uma situação problemática nas relações capital-trabalho, decorrente, entre outras causas, do aprimoramento e da difusão tecnológica, que estimulam a flexibilização da produção, a acumulação de capital e a descentralização econômica. Esse processo tem nítidas repercussões nos mais diversos setores. Inserido na chamada sociedade informacional, o universo do trabalho caracteriza-se pela introdução de novas formas de divisão técnica que garantem a versatilização do trabalhador. No entanto, uma parcela da força de trabalho não pode ser vendida devido ao desemprego, ao subemprego e à exclusão, o que lhe impede de ter acesso aos meios de produção necessários, gerando desequilíbrio econômico e social. Daí a insegurança que o mundo contemporâneo experimenta.*

---

\* Professor do Curso de Geografia do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria (RS).

*Mercado de trabalho* é o conjunto de atividades econômicas, executadas pelos trabalhadores assalariados e os não assalariados, enquanto que *força de trabalho* é uma capacidade física e mental que todas as pessoas possuem e que é aplicada quando alguém vai produzir um bem de uso qualquer. *Trabalho* aparece como um resultado do desprendimento físico e mental de determinada pessoa. A força de trabalho é vista, neste momento histórico, como uma mercadoria e, portanto, tem um preço que é dado pelo trabalho socialmente necessário para produzir as mercadorias, ou seja, o tempo gasto para tal.

Existe uma relação de concorrência no mercado de trabalho entre o vendedor e o comprador de força de trabalho, o que acaba complicando a questão de regulação do mercado. A força de trabalho apresenta-se em posição desvantajosa em relação ao mercado de trabalho, devido ao caráter fictício que representa, uma vez que não ingressa no mercado como as demais mercadorias, porque o mercado de trabalho é determinado pelo processo demográfico e pelas regras institucionais das atividades produtivas humanas. Também o mercado de trabalho é determinado pelo processo sócio-econômico que libera a força de trabalho de outras atividades, visto que não há controle algum da disponibilidade de mão-de-obra.

O mercado de trabalho deve ser concebido como um problema institucional e não como um problema técnico, na medida que trata de colocação de pessoas. De um lado, o sistema de produção capitalista precisa ser alimentado constantemente. De outro, a força de trabalho deve ser abastecida com os meios de subsistência, a qual, por sua vez, depende de quem a compra. O trabalhador mal preparado e subnutrido é um trabalhador sem valor, significando desmercantilização da força de trabalho. Esta depende do potencial qualitativo do mercado, já que o capital não envelhece, enquanto os vendedores da força de trabalho estão limitados a uma intervenção externa, como a especialização e a qualificação. A capacidade de mobilização espacial, através das migrações, identifica-se como única variável favorável ao trabalhador, embora com elevado custo social.

O mercado de trabalho politicamente analisado consiste, além do crescimento global da demanda pela força de trabalho, também na distribuição equilibrada e justa dessa demanda. No entanto, é observado um desequilíbrio entre a demanda e a oferta de trabalho, desequilíbrio esse gerador de muitos conflitos e instabilidades, inclusive políticas. Portanto, nas sociedades capitalistas, o mercado de trabalho é a principal solução institucional, ou seja, de um lado o sistema de produção deve ser alimentado e, por outro, a força de trabalho deve ser abastecida com meios de subsistência monetários

e sociais. Na verdade, o ponto importante desse contexto é que o mercado de trabalho organiza a produção e a distribuição espacial da mesma.

Uma outra questão de desequilíbrio em relação ao mercado de trabalho é que este não tem como controlar a oferta, já que a mesma está diretamente relacionada ao crescimento demográfico, um fato cultural nas sociedades mais desenvolvidas, mas um fato natural nas subdesenvolvidas. Outro aspecto desse desequilíbrio é que a força de trabalho depende da oferta dos meios de produção que só podem ser adquiridos se ela for vendida. Para ser vendida precisa estar empregada ou ocupada e ter salários ou rendas para poder adquirir os meios de produção. Como uma parcela da força de trabalho não pode ser vendida devido ao desemprego, ao subemprego e à exclusão do mercado isso significa que essa parcela não consegue vender sua força de trabalho e, portanto, não adquire os meios de produção. Não adquirindo os meios de produção, é geradora de desequilíbrios econômicos e sociais, o que é mais grave, pois se encontra fora do mercado.

Outro aspecto gerador de desequilíbrio é o fato de que, após adquirir os meios de subsistência, muitas pessoas não têm condições de implementar um aprimoramento dos mesmos, situação que repercute na capacidade concorrencial no decorrer do tempo em consequência da defasagem entre o que é oferecido e o que é exigido.

O potencial qualitativo da força de trabalho tem repercussões no mercado de trabalho, já que tanto os vendedores quanto os compradores dessa força são qualitativamente determinados, à medida que um trabalhador pode realizar apenas algumas funções quando não apenas uma e os compradores também só podem oferecer algumas funções, quando não uma apenas.

É necessário esclarecer que o capital (compradores) não envelhece, enquanto que os vendedores (trabalhadores) envelhecem com certa facilidade, não por se tornarem mais idosos, mas porque a qualidade de sua oferta estabelece limites com o passar dos anos pela defasagem na atualização profissional. Mesmo que esses limites possam ser vencidos pela educação e pelo treinamento, a decisão é condicionada por inúmeras razões.

A relação entre capital e trabalho trabalho é de permanente conflito. Para tentar amenizar ou evitar maiores problemas, são assinados contratos de trabalho totalmente diferentes dos contratos de compra e venda. Estes estipulam as relações econômicas entre o comprador e o vendedor da força de trabalho. Aqueles não estipulam a totalidade das relações. Na verdade, os contratos existem apenas para regular algumas das relações sociais entre o comprador (capitalista) e o vendedor (trabalhador), ou seja, o que existe é apenas uma estrutura contratual, já que a produção concreta do

trabalhador é um enigma, visto que a qualidade e a quantidade de produção estão vinculadas à subjetividade do trabalhador e à disposição para trabalhar, razão pela qual a empresa que contrata a força de trabalho depende do “objeto” comprado. Em outras palavras, tal contrato incorre em risco.

Existem outras formas organizacionais da força de trabalho humana no mercado, como, por exemplo, os inativos, cuja função produtiva não é regulada por contratos de trabalho, mas através de direitos e obrigações. Se houvesse uma demanda apropriada, seriam incluídos no mercado, o que não ocorre porque a oferta é superior à demanda. Neste caso, uma parcela significativa da força de trabalho fica sem perspectivas de emprego, contribuindo para o agravamento social e a produção da espacialidade.

Há também indivíduos que não se encontram, no momento, envolvidos na relação de trabalho contratual e também os que estão no mercado mantidos por um contrato. Finalmente, existe a categoria chamada “autônoma” ou “independente” que, embora trabalhe, não se encontra no mercado de trabalho, já que não necessita vender sua força de trabalho, pois não depende de uma renda contratual.

A inserção do indivíduo em uma dessas quatro formas sociais de organização da força de trabalho não é determinada pela sua livre escolha, mas sim subordinada às relações funcionais que determinam a composição relativa de cada uma dessas formas. Segundo Offe,

fundamentalmente, a possibilidade de sobreviver fora do mercado de trabalho com meios de subsistência viabilizados pelo orçamento público ou privado é influenciada pela distribuição social da propriedade e pelos processos que se dão nos mercados de trabalho ou de mercadorias.<sup>1</sup>

Percebe-se, pois, que o mercado de trabalho é “uma relação social de poder”, à medida que exerce uma pressão “estrutural contratualmente organizada sobre a força de trabalho que, por si só, é totalmente sem valor”. Razão pela qual ao mercado de trabalho é permitida uma adaptabilidade limitada estruturalmente, isto é, a estrutura econômica e social é que vai limitar a absorção da força de trabalho em detrimento da demanda.

Diante desse contexto a estratégia adotada por alguns vendedores da

---

<sup>1</sup> OFFE, Claus. A economia política do mercado de trabalho. In: *O capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 43.

força de trabalho é empenhar-se no sentido de se adaptar à demanda da maneira mais flexível, por exemplo, minimizando as diferenças no sentido de reduzir o risco de serem substituídos ou disporem-se a trabalhar por um salário mais baixo. Do ponto de vista da demanda, predomina o interesse oposto que é o de superar as necessidades especializadas, ou seja, buscar o melhor grau possível de especialização. Quem são os capazes para tal percepção? Um trabalhador excluído, analfabeto ou com limitada capacidade de pensar? Certamente que não. Diante dessa perspectiva, urge aos futuros empregados tornarem-se uma força de trabalho escassa, significando competitividade pela especialização e pela qualificação. Desse modo, a pressão concorrencial é evitada e a estabilidade da demanda garantida.

Nesse momento, o Estado tem um papel fundamental no nosso ponto de vista, qual seja, alocar recursos para que o sistema educacional seja ampliado ou melhorado como uma das poucas formas ou senão a única que os trabalhadores encontram para qualificar-se. Outra estratégia do lado da oferta é a de que inúmeros indivíduos optem pela não mobilidade entre empresas; embora difícil de avaliar, é uma estratégia adotada. Na verdade, é mais uma tentativa de preservar as diferenças coletivas em favor do individual.

O que acontece atualmente com os desequilíbrios no mercado de trabalho é a exclusão tradicional de proteção ao trabalho e de previdência social por razões fiscais, devido à incapacidade do Estado em controlar a arrecadação de impostos e a de não se deixar submeter ao capital privado.

A conjuntura atual de precarização social e econômica que sobredetermina o mundo, dito civilizado, é geradora de muita insegurança, fundamentalmente no mundo do trabalho, independentemente do nível econômico dos países industrializados, resultante da emergência de novos processos produtivos, bem como das necessidades de flexibilização das empresas no contexto da globalização.

O modelo fordista, em decadência, cuja produção era de bens padronizados, exigia trabalhadores disciplinados e cumpridores de tarefas. O novo modelo de produção que se implanta está a exigir uma outra hipótese, a de pensar a divisão do trabalho e a inserção do indivíduo nessa nova organização, já que surge uma outra lógica de utilização da força de trabalho. O modelo anteriormente citado apresentava dimensões apenas objetivas do trabalho. O modelo que ora se implanta estabelece dimensões subjetivas, impondo uma visão de conjunto do trabalho, da produção e do consumo, uma vez que o novo perfil do trabalhador exige visão para “julgar, discernir,

---

<sup>2</sup> HIRATA, Helena. Os mundos do trabalho : convergência e diversidade num contexto de mudanças dos paradigmas produtivos. In: *Empregabilidade e Educação*. Novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo : PUC/SP, 1997. p. 25.

intervir e resolver problemas”, bem como para propor soluções.<sup>2</sup>

É nesse momento da diversidade do mundo do trabalho, da especialização flexível e da aproximação progressiva das chamadas práticas de modernização tecnológica que se faz necessário repensar essa questão, muito complexa e delicada no momento histórico em que vivemos.

O modelo que ora se estabelece é o da competência, elaborado por Zarifian, e a partir desse pressuposto as análises devem evidenciar as repercussões sobre as pessoas e não tanto sobre o ponto do trabalho. Essa competência é diferenciada entre homens/mulheres, países desenvolvidos/subdesenvolvidos, intensidade e qualidade da tecnologia empregada, o tempo de trabalho efetivamente trabalhado e a qualidade de vida dos trabalhadores.

É do conhecimento que existem diferenças entre homens e mulheres relativamente ao mundo do trabalho, tanto por ordem cultural como fisiológica. Percebem-se inúmeras diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, diferenças resultantes dos processos educativos, da qualidade de vida dos trabalhadores e da capacidade técnica disponível. O tempo de trabalho repercute na competência, tendo em vista que um trabalhador qualificado, instruído, com qualidade de vida e bem remunerado possui geralmente maior capacidade de desenvolver uma atividade se comparado com outro trabalhador que não apresenta as mesmas condições. O mercado de trabalho é muito contraditório, principalmente porque o ser humano não é concebido como cidadão.

Mas podemos questionar o que é na verdade competência? São atributos humanos naturais? Ou é algo criado a partir de uma realidade imposta, ou seja, algo pensado entre limites determinados por um momento do capitalismo? Pensamos que competência apresenta diferentes significados, pois acreditamos que dependa da realidade evidenciada. Como definir competência num país em que a maioria da população é semi-analfabeta, onde há pouca criatividade porque o processo educativo não a desenvolveu e onde milhares de pessoas buscam apenas garantir a sobrevivência ?

Pensamos que competência deve ser avaliada também entre os incluídos e os excluídos do processo produtivo. Aí é que está a grande diferença entre seres humanos. Essas diferenças fazem as competências. Será que alguém excluído da sociedade aprende a conhecer? Aprende a fazer? Aprende a conviver? Aprende a ser? São aspectos que merecem uma profunda reflexão. Esses pilares como diferenciadores da competência

---

<sup>3</sup> SPINK, Peter. Empregabilidade – comentários a partir do ensaio de Helena Hirata. In: *Empregabilidade e educação* : novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo : PUC/ SP, 1997. p. 57.

foram definidos por Spink e que, para nós, não deixam dúvida alguma.<sup>3</sup>

O mundo do trabalho sofre um rápido processo de mudanças que apresentam ritmos diferenciados, em circunstâncias e proporções também diferenciadas. A mudança não é decorrência de fatalidades, mas, sim, resulta de avanços tecnológicos sem precedentes na história humana. Qual a saída? Negar as conquistas? Ampliar os benefícios? Qualificar a população? Privilegiar setores? A solução nos parece muito simples, ou seja, não negar as conquistas, nem aceitá-las como definitivas, mas procurar atingir a todos com os benefícios e não apenas uma pequena parcela de privilegiados, nem privilegiar determinados setores econômicos ou sociais, mas buscar alternativas interligadas, amplas e duradouras. O capital estaria disposto?

Fazendo uma análise da evolução dos modelos de mercado de trabalho, percebe-se uma permanente transformação das estruturas ocupacionais, ligada às instituições, à cultura e aos ambientes políticos. Sempre há um estágio de transição. Segundo Castells, o estágio atual é informacional, que interage com o momento histórico, com as instituições que se globalizam, com os níveis de desenvolvimento das empresas e/ou dos países, com as diferentes redes existentes e com a tecnologia disponível. Portanto, o mercado de trabalho é um processo diferenciado e desigual, razão pela qual encontramos “sociedades rurais” (com a maioria dos trabalhadores no campo), “pós rurais” (com a queda acentuada do emprego rural) e “pós industriais” (queda do emprego industrial).<sup>4</sup>

O modelo informacional é baseado na economia de serviços que se agiganta no momento pós-industrial. Desse modo, aumenta o número de profissões, bem como a importância da informação e do conhecimento. Ressalta-se, no entanto, que as indústrias não estão desaparecendo, mas, sim, o novo modelo encontra-se conectado diretamente à atividade industrial, significando um tipo diferente de economia, em que a produtividade e a competitividade são destaque.

Pensamos que, à medida que as economias vão-se tornando mais complexas e mais diversificadas, novas exigências ao mercado de trabalho vão surgindo, como forma de adaptação à evolução do processo produtivo mundial.

Parece-nos claro também que, embora algumas sociedades, as mais desenvolvidas industrialmente, vivam no estágio da economia informacional,

---

<sup>4</sup> CASTELLS, Manuel. A transformação do trabalho e do mercado de trabalho : trabalhadores ativos na rede, desempregados e trabalhadores com jornada flexível. In: *A era da informação : economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede*. São Paulo : Paz e Terra, 1999.

não significa que a maioria dos empregos esteja no campo da informática, uma vez que o ritmo de crescimento é baixo nessa área e alcança níveis baixos em relação aos empregos no setor de serviços em geral. Outra questão importante observada após as leituras é que não desaparece nenhuma categoria importante na área da prestação de serviços. Na verdade, o que ocorre é uma diversificação cada vez maior de atividades e, portanto, de funções.

A redução do emprego industrial, face à automação e à modernização tecnológica, não ocorre pela simples transformação, mas, sim, porque as indústrias seguem políticas e estratégias específicas a cada sociedade, tendo por base a ordem cultural, social e política.

Segundo Castells, a nova estrutura ocupacional nos países pós-industriais apresenta diferenças marcantes, embora exista tendência ao aumento das profissões informacionais, bem como daquelas ligadas aos serviços de escritório em geral. A percentagem de administradores e trabalhadores rurais reduziu bastante em todos os países de economia informacional. Fica evidente a polarização social e econômica no sentido de pulverização de funções, mas esses sinais não repercutem diretamente na estrutura ocupacional. Numa projeção feita aos Estados Unidos, a tendência na área do emprego é ocorrer uma eliminação lenta, mas contínua do emprego rural, bem como uma redução do emprego industrial, embora mais lenta que o rural, paralelamente a um crescimento dos serviços relacionados à produção, como, por exemplo, a saúde, a educação e o turismo; também se verifica um aumento do setor varejista e de serviços que exigem baixa qualificação profissional.<sup>5</sup>

É interessante destacar que nas diversas profissões estudadas nos Estados Unidos, Castells, constatou um crescimento do nível educacional e de treinamento, sem, no entanto, deixar de ocorrer uma polarização e um dualismo. Também convém destacar que nesse processo existem diferenças entre as diversas sociedades, umas mais qualificadas, outras mudando mais depressa e, ainda, outras de forma mais lenta.

Em qualquer análise sobre a evolução da estrutura do emprego, percebe-se que essa evolução foi dominada por um crescente aumento da produtividade humana. Isso aconteceu à medida que inovações tecnológicas e organizacionais foram sendo introduzidas nas relações de trabalho, significando produção de bens e mercadorias com mais qualidade e menor custo e esforço, além da mudança de produção na forma direta para a indireta.

---

<sup>5</sup> CASTELLS, M. *Op. cit.*

Entretanto, fica claro para alguns autores que essa evolução do processo produtivo não está conduzindo a uma homogeneização da produção, tendo em vista que o avanço tecnológico estabelece uma estreita conexão estrutural entre esferas de trabalho e emprego, além da necessidade de considerarmos a diversidade cultural, histórica e institucional entre as sociedades, bem como a interdependência da economia global. Diante disso, temos uma diversidade de estruturas ocupacionais.

Na verdade, o processo de globalização econômica se aprofunda e quanto mais isso ocorre, mais se expande a interpenetração das redes de produção e de administração, atingindo novas fronteiras e tornando mais próximos os elos entre as condições da força de trabalho e de (des)proteção social. Desse modo, abre-se, com relação à mão-de-obra, uma ampla gama de oportunidades para as grandes empresas, que podem reduzir o quadro de pessoal, subcontratar trabalhadores, usar mão-de-obra temporária, automatizar a produção e obter anuência de seus trabalhadores com relação às condições de pagamentos e de continuidade do emprego, inclusive revertendo os contratos de trabalho. Essa gama de possibilidades é utilizada em benefício da empresa e prejuízo do trabalhador.

O novo modelo de produção e administração global busca uma integração simultânea do processo de trabalho e desintegração da força de trabalho, como resultado de uma opção econômica e política estabelecida pelos governos e empresas e não como consequência do paradigma informacional, já que as políticas governamentais e empresariais contrastam profundamente com a possibilidade de aumento do mercado de trabalho e da redução da lucratividade por parte das empresas.

Conforme Castells, a sociedade informacional se caracteriza pela introdução de novas formas de divisão técnica do trabalho, as quais resumem-se por decisões administrativas, por sistemas de relações industriais, por ambientes culturais e institucionais e por políticas governamentais e não simplesmente transferindo a responsabilidade para a tecnologia em si, até porque esse novo paradigma não é um modelo simples, mas tecido pela interação histórica entre transformação tecnológica, política de relações industriais e ação social conflituosa. Esse processo de trabalho informacional pode assim ser resumido: o valor agregado é gerado pela inovação, tanto técnica quanto dos produtos; a inovação depende do potencial de pesquisa e da capacidade de aplicações; a execução das tarefas depende da interação homem, trabalhador e máquina; a maioria das atividades são realizadas nas organizações e pela participação da tecnologia da informação como elemento decisivo do processo de trabalho.<sup>6</sup> O que se observa é que este processo

---

<sup>6</sup> CASTELLS, M. *Op. cit.*

introduz uma nova divisão do trabalho, mediante a apresentação de uma nova tipologia baseada nas tarefas realizadas, nas relações e nas tomadas de decisões.

É bom lembrar que o processo informacional visa assegurar a mobilidade do capital e a versatilidade dos funcionários, redefinindo o papel do trabalho, do capital e dos trabalhadores, incorporando maciçamente as mulheres no caso de sociedades mais desenvolvidas e urbanizadas.

Parece-nos claro, nas mais diversas análises realizadas, que não há relação estrutural sistemática entre a difusão das tecnologias e a evolução positiva dos níveis de emprego na economia como um todo; à medida que as técnicas se modernizam, o desemprego aumenta e a jornada de trabalho torna-se flexível.

A flexibilização dos processos e dos mercados de trabalho proporcionados pelas tecnologias da informação está afetando profundamente as relações sociais de produção, herdadas do processo de industrialização. Introduzindo o trabalho flexível, garante a individualização do trabalhador no processo de trabalho, que visa à descentralização da administração, ao mercado personalizado, conduzindo a uma segmentação e fragmentação da sociedade, motivadas pela concorrência e impulsionada pela tecnologia.

No geral, observa Castells, “a força tradicional de trabalho com base em emprego do horário integral, projetos profissionais bem delineados e um padrão de carreira ao longo da vida estão sendo extintos de forma lenta, mas indiscutivelmente”, portanto, o momento proporciona uma transformação do trabalho, dos trabalhadores e das organizações, cujo modelo é baseado numa força de trabalho formada “por administradores que atuam com base na informação e com disponibilidade.”<sup>7</sup>

A difusão da tecnologia da informação, estabelecendo uma fase de “transição histórica para uma sociedade informacional e uma economia global”, caracteriza-se pela deterioração das condições de trabalho e de vida para os trabalhadores, embora assumindo formas diferentes nos diferentes contextos, como, por exemplo, o desemprego estrutural, a queda dos salários, a instabilidade do emprego, o aumento da desigualdade, a desvalorização da mão-de-obra e a marginalização da força de trabalho rural. Estas tendências são o resultado da reestruturação que sofrem as relações capital/trabalho, facilitadas pelas novas formas de organização empresarial, a chamada empresa “em rede”. As variações ligadas ao trabalho é que explicam as diferenças entre países dentro desse modelo de mercado de trabalho que se estabelece.

---

<sup>7</sup> CASTELLS, Manuel. *Op. cit.* p. 288.

Todas as revoluções industriais empreendidas pelo homem provocaram acentuado aumento da produtividade e causaram desemprego. Essas inovações contribuíram para que milhões de trabalhadores perdessem suas qualificações, à medida que novas máquinas possibilitaram obter melhores resultados produtivos. Mas essas mesmas revoluções provocaram a diversificação econômica e de consumo, contribuindo para absorver mais força de trabalho do que liberada pelos antigos processos de produção. Cabe ressaltar, no entanto, que os novos empregos gerados nem sempre absorveram os trabalhadores expulsos pelo processo de renovação, gerando, assim, calamidades sociais e conflitos.

A terceira Revolução Industrial, pela qual passamos, difere das anteriores principalmente pelo acelerado aumento da produtividade e pelo fornecimento de novas formas de entretenimento. O usufruto dessa oferta de entretenimento exige mais tempo de trabalho e, para garanti-lo, muitas pessoas tiveram sua jornada de trabalho aumentada, significando menos tempo para a família, para o lazer e mais consaço. O aumento de produtividade garante o barateamento dos produtos e o aumento do consumo. Como é um processo que está em curso, é difícil prever desdobramentos futuros.

A Revolução técnico-científica parece estar descentralizando o capital, à medida que o computador facilita e flexibiliza o parque produtivo. Na verdade, o que ocorre é uma descentralização da produção e uma concentração do capital, haja vista a fusão de grandes empresas pelo mundo afora e o surgimento de muitas filiais de grandes empresas em outras áreas.

A precarização do trabalho que se verifica atualmente é representado pelas relações “informais” ou “incompletas” de emprego e acontece em todas as economias mais avançadas, através da redução de empregos estáveis nas empresas e da elevação da subcontratação de trabalhadores temporários. Não nos parece precipitado projetar que a manutenção de empregos estáveis só ocorrerá em um pequeno número de setores ou funções onde a substituição será difícil, em razão de suas qualificações, de suas experiências e de suas responsabilidades.

O que tem contribuído para a precarização do mercado de trabalho é o próprio enfraquecimento dos sindicatos e a mobilidade do capital que abandona determinadas praças e se transfere para áreas ou países onde encontra um movimento operário enfraquecido ou sindicato débil. O efeito desse processo sobre a classe operária tem sido devastador.

O que também se observa é que a precarização social não é uma realização exclusiva do Primeiro Mundo, mas se estende aos países periféricos mais avançados industrialmente, como é o caso do Brasil, e que têm legislação

trabalhista, observando os direitos legais dos trabalhadores, embora não de forma contundente, razão pela qual essa forma contundente é sentida também no Brasil. Tal precarização social do trabalho “inclui a exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais como a consolidação de um ponderável exército de reserva e o agravamento de suas condições.”<sup>8</sup> Portanto, a “nova pobreza” difere e muito da antiga, uma vez que aquela é oriunda da classe média, que criara um padrão de vida a partir de conquistas dos anos dourados, e que perde seus empregos para robôs ou para trabalhadores menos qualificados ou até mesmo de países periféricos, quando da mobilidade de empresas ou de trabalhadores.

A nova pobreza não advém da classe pobre até porque pobre não fica desempregado, ou seja, os pobres não são atingidos pela Terceira Revolução Industrial, muito menos pela globalização. No entanto, o número de pobres aumenta no mundo inteiro e se verifica o aumento também dos ocupados e não de empregados. Ocupados porque, para sobreviver, é necessário fazer alguma coisa.

O processo de desenvolvimento da economia brasileira até o final da década de 1970, ao invés de eliminar a pobreza, reproduziu-a numa elevada incidência. Além da pobreza rural que persistia, incorporou a pobreza urbana, consequência do processo de modernização da agricultura, aliado às imensas diferenciações econômicas e sociais inter e intra-regionais. O fator determinante desse processo foi a permanência de uma estrutura agrária concentradora, aliado ao intenso processo de modernização agrícola e à incapacidade da sociedade industrial que se estabelecia, de absorver a população trabalhadora que abandonava o campo, determinando um volume e uma velocidade significativa do êxodo rural e uma urbanização sem precedentes.

A mercantilização do consumo imposta pela sociedade urbana-industrial exigiu da população brasileira uma ampliação do poder de compra, a qual deveria ter sido gerada através do trabalho assalariado. Findo esse processo, a realidade era de uma parcela significativa de pessoas que trabalhavam por conta própria e de assalariados em ocupações que representavam um mínimo de continuidade e regularidade, vinculada a uma desigual distribuição de renda, condicionando uma adaptação à vida urbana, de forma muito difícil e, como resultado final, muitas carências sociais.

As crises econômicas que se sucederam ao desenvolvimento econômico inicial deterioraram as condições gerais do mercado de trabalho

---

<sup>8</sup> SINGER, Paul. Globalização, precarização do trabalho e exclusão social. In: *Globalização e desemprego* : diagnóstico e alternativas. São Paulo : Contexto, 1989, p. 23.

brasileiro, afetando negativamente a inserção sócio-econômica da população ao limitar as possibilidades ocupacionais e de elevação do nível de renda. Outro agravante é que a recessão econômica vivenciada pelo Brasil eliminou uma grande quantidade de postos de trabalho.

As instituições são importantes instrumentos que determinam o desempenho do mercado de trabalho num determinado país, diminuindo as incertezas e os custos sociais, aumentando a remuneração de algumas atividades e reduzindo os custos. O que se observa, no entanto, é a cooparticipação das instituições brasileiras no processo de precarização do trabalho, com consequência sociais muito sérias.

Considerando, principalmente, as crises econômicas e outros fatores que problematizaram as condições de trabalho no Brasil e no mundo, observou-se que as relações no mercado de trabalho são conturbadas e conflituosas. Conturbadas pelas expressivas mudanças que o processo de globalização está a proporcionar inclusive com o estabelecimento de um novo modo de produção, baseado na economia informacional, uma vez que estabelece uma dimensão de subjetividade de pensar o trabalho, uma forma que não seja de uma sociedade fragmentada, mas, sim, o conjunto das relações a que diz respeito. Conflituosa, porque a forma tradicional de pensar o trabalho e o trabalhador está sendo deixada de lado e uma nova forma concebida, inclusive com a perda de garantias, de estabilidade e de futuro, visto que o novo paradigma está sendo comandado por uma economia informacional.

Também é possível concluir que existem grandes diferenças entre os países com relação ao mercado de trabalho e à força de trabalho. Diferenças que repercutem na capacidade de produção e na qualidade de vida do trabalhador. O que determinada as diferenças são basicamente questões de ordem política, social, cultural e institucional.